

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

20 a 26 de Janeiro de 1992 Nº 22

REUNIÃO MULTILATERAL ANGOLANA VAI DEBATER AS BASES DO SISTEMA

A reunião multipartidária (ver clipping nº 21 p.I e 06) que decorre em Luanda entre o governo e 26 partidos da oposição, com exceção da UNITA, deverá debater as normas da presença de observadores internacionais nas eleições de setembro, o voto dos angolanos residentes no estrangeiro, o direito de antena e uma revisão constitucional. Além disso, determinará se as eleições presidenciais e as legislativas serão ou não em simultâneo e qual a duração dos mandatos do Presidente e dos deputados.

O presidente José Eduardo dos Santos suspendeu por 24 horas a reunião multipartidária em virtude da discussão quanto ao caráter do encontro. A oposição através de uma proposta apresentada por Joaquim Pinto de Andrade, líder do PRD, exigiu a sua conversão num fórum com poderes deliberativos de modo a escapar ao controle governamental.

Com a suspensão, o governo iniciou uma série de contatos com os partidos participantes. O fruto deste diálogo foi um novo acordo, segundo o qual os partidos políticos podem convocar esta reunião multilateral sempre que acharem necessário, e as suas conclusões passam diretamente para o Parlamento, sem o parecer do governo. (pp. 1,4,5 e 6).

"AJUSTAMENTO" GOVERNAMENTAL (Cabo Verde)

O primeiro ministro de Cabo Verde, Carlos Veiga, anunciou a nova composição do seu governo, mantendo praticamente nos mesmos lugares os antigos membros do executivo. Mais do que nomes, o governo passará a ter uma nova estrutura, havendo casos de mudança de denominação. A demissão atingiu apenas ao antigo ministro Luís Leite (Saúde) e os secretários de Estado Arnaldo Silva (Comunicação Social e Assuntos Parlamentares) e José Manuel Pinto Monteiro (Emigração e Comunidades). Somente dois nomes fora da área do Movimento Para a Democracia (MPD) foram cooptados: Ulpio Fernandes para a secretaria de Estado das Finanças e Claudio Veiga para a secretaria do Estado do Emprego. O primeiro é empresário e o segundo um jovem quadro do antigo ministério do Plano e Cooperação. (p. 09)

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS - CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edison Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro - Brasil Cep: 20011.

Em importante artigo publicado no Expresso, Abdul Magid Osman, ex-ministro das Finanças de Moçambique, atual coordenador do Management Development Programme no PNUD (ONU), apresenta as perspectivas da economia moçambicana para o pós-guerra. Segundo ele, devem ser distinguidos dois períodos: um primeiro, de quatro a seis anos (curto e médio prazos), e um segundo, de mais de cinco anos (longo prazo). No primeiro, é de se esperar um significativo crescimento anual do PIB, devido a três fatores: o baixíssimo ponto de partida (Moçambique apresenta os piores indicadores sociais no mundo); a recuperação dos setores agrícola e de transportes, duramente atingidos pela guerra e que, terminada esta, poderiam duplicar suas atividades a médio prazo; e as medidas de ajustamento econômico atualmente em curso, com a opção pela economia de mercado, sendo fundamental o processo de privatização. Estas perspectivas de crescimento a curto e médio prazo tem alguns pressupostos. O primeiro destes é a expectativa de que o acordo cessar-fogo traga uma substancial melhora nas condições de segurança (o que não é certo). O segundo liga-se a situação da África do Sul; segundo Osman, devemos esperar que o desmantelamento do Apartheid ocorra de maneira pacífica, não implicando na desintegração da economia deste país, onde se verifica uma crise de confiança, com fuga de capitais, pois "com uma política inteligente, era possível obter vantagens de uma economia sul-africana forte". Finalmente, deve-se esperar a manutenção da ajuda internacional no mesmo nível dos últimos anos, e mesmo um aumento. Findo este primeiro período de crescimento, com o esgotamento dos dividendos da paz e com a possível falência das medidas tradicionais de ajustamento, virão à superfície os problemas estruturais da economia e da sociedade moçambicana. E, "não obstante as elevadas taxas de crescimento, Moçambique continuará sendo um dos países mais pobres do mundo". (pp. 14-15)

DOADORES PROMETEM INVESTIMENTO NOS PROJETOS DE CABORA BASSA (Moçambique)

A Alemanha, a Itália, a França e os países nórdicos propuseram-se a financiar uma quantia em torno de 150 a 170 milhões de dólares para o projeto de abastecimento energético do Zimbábue, a partir da barragem moçambicana de Cabora Bassa. O financiamento do projeto depende das garantias de segurança e da avaliação de questões técnicas, financeiras e ecológicas.

O projeto faz parte de uma rede regional de energia, no âmbito da Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) e poderá entrar em funcionamento em finais de 1995, devendo absorver 500 megawatts (25% da potência total da barragem). (p. 12)

ANC AJUDARÁ A COMBATER PARTIDO CONSERVADOR (África do Sul)

Nelson Mandela, presidente do ANC, garante que sua organização fará todo o possível para combater a influência crescente do partido branco da ultra-direita, o Partido Conservador (CP). Não há dúvida, segundo o líder africano, que o CP constitui uma ameaça séria às negociações e até ao próprio governo do presidente F. W. de Klerk, do Partido Nacionalista. Apesar do ANC não confiar totalmente no presidente de Klerk, o seu desaparecimento político implicaria "na volta ao ponto de partida" esclareceu Mandela. (p. 17)

RUPTURA NA OPOSIÇÃO GUINEENSE

Um grupo de dirigentes da Frente Democrática Social (FDS), entre os quais o segundo vice-presidente do partido, Cumba Ialá, acusou o seu líder, o veterano Rafael Barbosa (ex-presidente do PAIGC, acusado de traição e envolvimento no assassinato de Amílcar Cabral), de fazer acordos secretos com o presidente do país, Nino Vieira. Por estes acordos, Rafael Barbosa abriria mão de sua candidatura à presidência, em favor de Nino Vieira. Barbosa, em resposta, confirmou sua candidatura, e obteve a expulsão de quatro membros da direção do partido envolvidos na contestação à sua posição. Isto levou à saída de 23 membros da Comissão Política do partido (mais da metade dos seus componentes), que formaram uma nova organização, o Partido da Renovação Social, presidido por Cumba Ialá. Esta foi a terceira cisão ocorrida na FDS desde sua constituição. Anteriormente haviam saído Aristide Meneses, que hoje lidera a Frente Democrática (FD), e Vítor Saúde Maria, ex-primeiro ministro, que fundou o Partido Unido Social Democrata (PUSD), e pretende candidatar-se à presidência. Por sua vez, o "Grupo dos 121", movimento de renovação do PAIGC, tinha uma reunião marcada para o dia 23 de janeiro, onde poderia ser decidida a formação de um novo partido político. [Atualmente existem na Guiné-Bissau, legalmente reconhecidos, seis partidos: o PAIGC, a FDS, o Movimento Bafatá, FD, o PUSD e o Partido da Convergência Democrática (PCD)]. (pp. 10-11)

PRIVILEGIAR OS EUA E ALICIAR A ÁFRICA DO SUL

Cabo Verde, Marrocos, Japão, Hungria e Venezuela são, a partir deste ano, os novos membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas por um período de dois anos. Eles substituíram respectivamente: Costa do Marfim, Zaire, Iêmen, Romênia e Cuba.

O ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, disse ao Público que espera a concretização das relações diplomáticas com a África do Sul para este ano. A África do Sul estaria interessada em investir na República de Cabo Verde, principalmente no setor de turismo.

Jorge Fonseca afirmou que há pragmatismo nas relações externas cabo-verdianas, mas os EUA são parceiros privilegiados. Até pela grande comunidade de emigrantes de Cabo Verde, neste país. (pp. 08 e 09)

UM POLVO ECONÔMICO (África do Sul)**UM DIAMANTE PARA COMEÇAR**

As duas matérias do Público tem como objeto o mais poderoso grupo econômico da África do Sul, a Anglo American Corporation (AAC), que em 1990 controlava entre 30% (dados do próprio presidente da AAC, Julian Ogilvie Thompson) e 45% (dados do anuário "Who Owns Whom") das ações da Bolsa de Valores de Joanesburgo. É descrito o processo de constituição do poderio da AAC, e são discutidos até que ponto a AAC domina a economia do país, e em que medida ela influencia o processo político sul-africano. [A AAC apóia, desde os anos 40, iniciativas no sentido da liberalização, nos planos político e econômico] (pp. 21-22)

LINHAS AÉREAS SUL-AFRICANAS VOLTAM A AUSTRÁLIA

A abertura das oportunidades comerciais na África para as empresas sul-africanas, após os acontecimentos de fevereiro de 1990, continua crescendo. Os vôos das Linhas Aéreas Sul-africanas (SAA) para a Austrália, interrompidos por decisão política em outubro de 1987, serão de novo efetuados semanalmente a partir de janeiro. O presidente F.W. de Klerk pronunciou-se a favor da participação do país em estruturas e conversações regionais sobre questões de segurança e desenvolvimento, salientando que a África do Sul terá "um papel construtivo" nas mesmas. O comércio sul-africano com outros países da África cresceu 25% este ano, atingindo um valor de cinco bilhões de rands. Numa pesquisa feita pela SAFTO, uma organização especializada em questões de comércio internacional, empresários sul-africanos escolheram Angola como o país com maiores possibilidades de comercialização. No segundo lugar, colocaram o Quênia, e no terceiro, a Zâmbia.

(p. 17)

Índice

Angola	01-07
Cabo Verde	08-09
Guiné-Bissau	10-11
Moçambique	12-15
África do Sul	16-22

Revisão constitucional em duas fases

NO SEU DISCURSO de abertura da reunião multipartidária que ontem se iniciou em Luanda, o Presidente Eduardo dos Santos defendeu a alteração da Constituição angolana em duas fases. A primeira, a efectuar-se dentro de poucos meses, teria um carácter pontual, e limitar-se-ia a dar "uma maior clareza e a precisar a função dos órgãos do poder do Estado". A segunda seria uma revisão profunda, "cujas bases gerais seriam aprovadas pelos partidos políticos" e pela futura Assembleia Nacional eleita pelo povo, em Setembro próximo.

Eduardo dos Santos lamentou a recusa de participação da UNITA e pediu aos participantes que não desmintam as esperanças da população num "futuro imediato de estabilidade, paz e reconciliação nacional" e chamou a atenção dos partidos presentes para a necessidade de respeitarem as decisões dos acordos de Bicesse. De acordo com o Presidente, o Governo continuará a assumir papel central e será "um garante isento e flexível do processo de paz".

A reunião multipartidária foi aberta ontem ao princípio da noite, no Palácio 10 de Dezembro, mas só iniciará efectivamente os seus trabalhos hoje de manhã, tendo como objectivo encontrar os mecanismos para acelerar o processo de democratização.

No fórum participam 26 partidos políticos, representantes das Igrejas Católica, além de diversas personalidades. Os anteprojectos da lei eleitoral, sobre a observação internacional das eleições, o Conselho da Comunicação Social, o direito de antena e o exercício da actividade da radiodifusão são os principais temas em análise e sobre os quais as diferentes forças darão os seus pareceres.

Resistência da UNITA

A UNITA, em alternativa a esta reunião, reivindica o diálogo directo com o Governo. Outro tema da reunião será o do direito de voto para os angolanos residentes no estrangeiro. A UNITA tem recusado o direito de voto destes cidadãos, sobretudo os presumíveis três milhões de residentes nos países vizinhos, principalmente no Zaire. Ontem, ao princípio da tarde, o Conselho Nacional da Oposição pediu à UNITA que reconside-

rasse a sua posição de não participar no encontro.

As várias organizações religiosas nas suas mensagens à conferência pediram igualmente para que não se ignorassem os acordos de Bicesse, considerando-os de valor histórico e jurídico significativo.

O cardeal de Luanda, Dom Alexandre do Nascimento disse que foi "um gesto responsável do Presidente da República" a convocação da reunião. Augusto Chipesso, do Conselho Angolano das Igrejas Evangélicas, afirmou que a sua organização "não apoia a ideia de uma conferência nacional" pois defende um comportamento "que determine um processo suave".

A reunião prossegue hoje com a constituição dos grupos de trabalho que darão os pareceres técnicos sobre as propostas legislativas em debate. Os representantes dos EUA, Portugal e Rússia na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) participam como convidados.

EDUARDO DOS SANTOS SUSPENDE MULTIPARTIDÁRIA

O Presidente angolano, Eduardo dos Santos, suspendeu ontem os trabalhos da reunião multipartidária que reúne em Luanda todos os partidos menos a UNITA, após ter considerado que a aprovação de uma proposta apresentada pelo Partido Renovador Democrático (PRD) corresponderia a um "golpe de Estado". A proposta, defendida pelo líder do PRD, Joaquim Pinto de Andrade, propunha que a reunião se transformasse numa "convenção política multilateral sobre a transição" que aprovaria depois a constituição de um "colégio de reconciliação nacional" para garantir a "transição pacífica, a imparcialidade do Estado e dos seus órgãos", intervindo na aprovação da legislação eleitoral e na data da sua realização. Eduardo dos Santos considerou que a proposta era inconstitucional e violava os acordos de Bicesse.

EXPRESSO, SÁBADO 18 DE JANEIRO DE 1992

Holden Roberto modera oposição

Gustavo Costa em LUANDA

O LÍDER histórico da FNLA, Holden Roberto, está a afirmar-se como uma autêntica surpresa ao adoptar posições muito equilibradas, que permitiram eliminar focos de tensão aparentemente irreductíveis entre o Governo e a oposição.

Uma emenda de carácter vinculativo, que definiu a natureza e o estatuto da reunião multipartidária que decorreu esta semana em Luanda, salvou o Governo e a oposição de uma ruptura no início dos trabalhos.

Eduardo dos Santos qualificou de tentativa encoberta de golpe de Estado uma proposta do PRD, apoiada por uma parte significativa das outras formações políticas, para a constituição de um colégio de reconciliação nacional, que teria poderes para exercer a autoridade e vetar decisões do Governo.

Os trabalhos foram suspensos durante a quarta-feira

para consultas. O impasse foi ultrapassado após o Governo apresentar uma nova versão do regimento, em que fez algumas cedências mas manteve intactos os poderes do Presidente da República.

Entretanto, na quinta-feira, data inicialmente prevista para o encerramento da reunião, existiam ainda pequenas fricções em torno do regulamento do encontro, mas era notória por parte do Governo e da oposição a preocupação em evitar um eventual insucesso.

Perante a iminência de uma ruptura, seis líderes das formações políticas mais representativas, reunidos de emergência com Eduardo dos Santos, adoptaram uma postura mais flexível através de uma plataforma de conciliação que assegurou o prosseguimento dos trabalhos. Holden Roberto ajudou a eliminar os focos de tensão e ficou garantida a autoridade do Governo para conduzir o país até às eleições.

Angola projecta ano 2000 a partir do êxito do basquetebol

EXPRESSO, SÁBADO 18 DE JANEIRO DE 1992

ANGOLA começa a renascer para o desporto. Exemplos não faltam e ainda na semana passada o país viveu momentos de grande emoção, primeiro com a conquista do título de campeão africano de basquetebol e depois com a passagem do Rali Paris-Cidade do Cabo pelo seu território, dois acontecimentos que captaram as atenções gerais um pouco por todo o lado.

Atento a tudo o que se tem passado, Oswaldo Jesus Serra Van-Dünem, o recém-nomeado ministro da Juventude e Desportos da República Popular de Angola, afirmou ao EXPRESSO que «este é um momento de relançamento para o desporto angolano, depois de um longo período de guerra que teve reflexos negativos em todos os aspectos». O ministro considerou o êxito da selecção de basquetebol e a inclusão de Angola no percurso do rali como «dois importantes estímulos para se progredir e fazer o desporto angolano sair do anonimato».

Ao mesmo tempo que em Luanda se comemorava o regresso dos «Palancas Negras», organizando-se um desfile pela capital com os basquetebolistas campeões, em Dakar decorria a cerimónia de abertura do Campeonato Africano de Futebol, competição em que, uma vez mais, Angola não está presente, embora se trate de uma das modalidades mais populares. Este contraste, que nos

meios afectos ao basquetebol angolano deu origem a algumas anedotas visando o trabalho desenvolvido pelo futebol local, é «um espelho da realidade», segundo Serra Van-Dünem.

«O futebol é, sem dúvida, o desporto do povo e goza de uma enorme popularidade. No entanto, debate-se com grandes dificuldades e ainda está longe de atingir a expressão desejada, mantendo-se arredado das grandes competições internacionais», afirmou o ministro. Em contrapartida, «a nível internacional, temos conseguido alcançar resultados significativos noutras modalidades, que, fruto dos sucessos obtidos, começam também a ganhar grande popularidade, como é o caso do basquetebol, mas ainda do hóquei em patins, xadrez, natação e até o ténis», que ameaçam mesmo «envergonhar» o futebol.

Com os olhos na Fórmula 1

Para relançar o desporto angolano, o Governo «traçou já um plano de desenvolvimento definindo a política a adoptar nesse sentido até ao ano 2000», revelou ao EXPRESSO o ministro da Juventude e Desportos, explicando que «as bases deste projecto, que contempla uma enorme diversidade de modalidades,

desde o futebol ao automobilismo, passam sobretudo pela criação de estruturas e um trabalho de formação». Ganha particular importância a atenção dispensada ao desporto escolar, tido como «o nível de iniciação e lançamento».

O objectivo do plano que Serra Van-Dünem está a colocar em prática «visa dignificar e popularizar ainda mais o desporto angolano, e neste momento uma das prioridades é oferecer condições para que as inúmeras associações provinciais se organizem em federações de âmbito nacional, libertando o ministério para desempenhar apenas os papéis de coordenação e apoio».

«Este será um passo de grande importância para o êxito dos nossos projectos ao nível do desporto e a situação de pacificação que estamos a viver é determinante, pois a guerra implicou muitos conditionalismos, que também se reflectiram nesta área», acrescentou.

Os sucessos angolanos no basquetebol, que nos últimos anos têm proporcionado alguns dos melhores resultados na cena internacional, contribuíram por si só para o dinamismo que se sente nesta modalidade, mas a recente passagem por Angola da caravana do Rali Paris-Cabo pôs em evidência outra das paixões dos angolanos, o automobilismo.

Angola sempre teve tradições no

automobilismo, possui dois autódromos e foi já cenário de algumas das competições africanas mais importantes. Embora se trate de uma modalidade que, pelos custos que acarreta, tem um acesso participativo limitado em todo o mundo, os responsáveis angolanos não o ignoram nem marginalizam, «pelo contrário, estamos bem cientes da sua espectacularidade e interesse que desperta junto das pessoas», comentou Van-Dünem.

Longe de considerar o automobilismo «elitista», o titular da pasta da Juventude e Desportos de Angola faz mesmo questão de recordar que «durante o período de guerra houve províncias, como Luanda, Huila e Namibe, que nunca deixaram de ser palco de corridas e ralis», mantendo viva a paixão pelos desportos motorizados.

Entre muitos aspectos, «o facto de proporcionar um contacto directo com as populações» foi um dos factores que determinou a abertura das autoridades angolanas à passagem pelo país daquela que é a mais importante competição mundial de todo-o-terreno, o rali Paris-Cabo, que este ano se realizou pela primeira vez. «Por outro lado», adiantou Serra Van-Dünem, «a presença de uma caravana trazendo consigo mais de um milhar de elementos, entre os quais algumas dezenas de jornalistas de

diversos países, permitirá certamente divulgar pelo mundo uma imagem positiva de Angola, num momento em que estamos finalmente a viver a paz».

Projectos não faltam e se alguns começam já a ganhar forma, como a realização de um Campeonato do Mundo de Vela em Angola no próximo ano, outros, «a seu tempo, serão aprofundados».

É o caso da Fórmula 1, a modalidade rainha do automobilismo, que em Angola merece honras de transmissão televisiva em directo, e que levou à construção do Autódromo de Luanda, recentemente confiado à Associação Provincial de Desportos Motorizados de Luanda depois de ter-se mantido encerrado durante longos anos.

Aliás, o ministro angolano admitiu que há algum tempo atrás foi feita uma abordagem a Bernie Ecclestone, o «patrão» da Fórmula 1, «procurando inteirar-nos das exigências para uma realização desta envergadura». E concluiu: «Por enquanto é prematuro pensarmos na Fórmula 1, mas com o evoluir da situação em Angola estou certo que a seu tempo haverá uma oportunidade para o assunto ser reanalisado», satisfazendo um sonho que nasceu há 20 anos e ainda não foi esquecido.

Alexandre Correia
em Angola

Doença sem controlo

Dulce Neto

PÚBLICO SABADO 18 JANEIRO 1992

Em Angola, a sida é já uma questão de saúde pública. Aos preconceitos, junta-se a falta de meios. O resultado é que nem sequer há despitação da doença. No Brasil, a situação não é menos preocupante.

Em Angola, há doentes com sida três e quatro vezes internados no pavilhão hospitalar de cólera, porque ninguém é capaz de fazer o diagnóstico correcto. As agulhas utilizadas no tratamento a estes pacientes jazem por vezes em qualquer canto, sem cuidados especiais, o que facilita a transmissão do vírus. Só depois de mortos é que se descobre que os casos de diarreia, paludismo, tuberculose ou malária eram afinal vítimas de sida.

Este é apenas um dos cenários que permite a Teresa Cohen,

professora da Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, afirmar que a situação desta doença em Angola é um "problema grave de saúde pública".

A especialista, presente no I Congresso Internacional de Medicina Familiar dos PALOP, avisa, no entanto, que a "questão não está a ser encarada de forma bastante séria", não só porque "em África nem sempre se investe naquilo que se deve", mas porque, fruto de convulsões políticas e sociais, em Angola "tem havido má gestão sanitária e utilização de recursos". Em 1985 o Governo anunciava os primeiros cinco casos de sida em angolanos, mas só em 1987 nascia o primeiro grupo de trabalho nesta área. Dos 0,196 mil milhões de kwanzas do orçamento angolano para a saúde, não há qualquer verba disponível para a sida.

Dados oficiais revelam 113 óbitos por sida em 1991. Porém, Teresa recorda que estes números estão longe da realidade. Num estudo realizado em 968 pessoas normais, aparentemente saudáveis, verificaram-se "re-

sultados alarmantes": 9,3 por cento eram seropositivos.

A principal via de transmissão é a sexual, um facto que leva a professora a insistir na necessidade de uma educação comportamental. "A sociedade angolana é muito machista, os homens indignam-se — 'eu lá vou fazer amor com borra-chas' —, a mulher tem quase uma necessidade de distribuir prazer e não recusa as propostas de sexo oral, anal e vaginal no mesmo acto. É fácil imaginar a magnitude da circulação do vírus...". Ou seja, "do que precisamos é de um estudo do comportamento, porque as características do vírus são estudadas em laboratórios estrangeiros e nós não devemos perder tempo em adquirir tecnologia neste sector, mas educar o povo".

No Brasil a situação não é menos inquietante, "é desastrosa, sobretudo no grupo de prostitutas", alarma Pedroso Lima, especialista em Doenças Infecciosas do Hospital Emílio Ribas. Um inquérito feito a 400 destas mulheres, tidas como "veículo muito importante de transmissão de sida", 4 a 6 por cento das "de alta renda" tinham HIV 1 e 2 e 12 por cento das de "baixa renda" manifestavam 13 por cento. Cerca de 30 a 40 por cento destas mulheres tinham hepatite B e 65 sífilis. Depois dos EUA, afirma o médico, "o caos neste sector está no Brasil. E daqui a dez anos..." ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 14 JANEIRO 1992

UNITA SAI DE CABINDA — A UNITA anunciou ontem que vai "retirar" as suas tropas de Cabinda, incluindo o seu grupo de fiscalização. "por falta de transparência" do Governo na solução do problema "e a tentativa de retirar [o enclave] do quadro dos acordos de Bicesse". O anúncio foi feito pelo Comité Permanente da Comissão Política da UNITA num comunicado lido pelo seu responsável pela informação, Jorge Valentim. "Tomámos esta decisão tendo em conta que as nossas iniciativas perante o Governo não estão a ter resultados", afirmou aquele responsável, citado pela agência Lusa. A retirada militar da UNITA de Cabinda constitui, segundo aquele responsável, "um aviso muito sério ao Governo", que tem na região 15 mil soldados em posição de guerra, disse aquele responsável. "Não seremos observadores passivos naquela situação", garantiu.

Tudor mantém pilhas em África

APESAR dos recentes desinvestimentos, a Tudor vai manter-se no negócio das pilhas canalizando para África (Angola e Moçambique) os seus investimentos no sector. «A fabricação de pilhas Tudor far-se-á agora exclusivamente em Angola e Moçambique, com possibilidades futuras de exportação para outros mercados. Existem planos de investimento em África, um mercado com tendência para a estabilização», revelou ao EXPRESSO

Tudor

João Salvador, administrador-delegado da Sociedade Portuguesa do Acumulador Tudor (SPAT).

No seio do grupo, as participações da Tudor nas sociedades angolana e moçambicana do Acumulador Tudor, bem como na Tudor Centre Afrique (na República Centro Africana) são controladas directamente pela SPAT.

Na sequência da criação da

acção para o grupo, a Tudor anunciou, esta semana, a alienação das suas empresas Pilhas Secas Tudor, em Portugal (por um valor que rondou um milhão e meio de contos) e Pilhas Secas Tudor, em Espanha, à Ralston Energy Systems Iberica (produtora das pilhas Ucar).

A Tudor decidiu concentrar as suas actividades no sector da produção de baterias industriais e de arranque (em que é o terceiro produtor europeu) tendo adquirido nos últimos anos a Hagen Battery (1989) e a Neste Battery (1990-91). Face à tendência de concentração verificada no sector (dominado pela Varta e pela Magneti Marelli), a empresa controlada pela Corporación Industrial Banesto deverá prosseguir a sua política de aquisições de empresas concorrentes.

EXPRESSO

18 DE JANEIRO DE 1992

“Multipartidária” em Angola começa hoje

PÚBLICO
14 JANEIRO 1992

A REUNIÃO “multipartidária” angolana preconizada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, decorre a partir de hoje em Luanda, para debate — durante três dias — da legislação que permita realizar eleições no fim de Setembro.

No entanto, a UNITA não participa, pois não se quer colocar em pé de igualdade com muitos partidos só recentemente formados, dizendo que o seu diálogo é directamente com o Governo, na base do que no ano passado foi acordado em Portugal e no âmbito da Co-

missão Conjunta Político-Militar (CCPM).

A reunião do MPLA e dos demais partidos que aceitaram a proposta presidencial deverá debater as normas da presença de observadores internacionais nas eleições de Setembro, o direito de antena e uma revisão constitucional.

Além disso, há que determinar se as presidenciais e as legislativas são ou não em simultâneo e qual é que será a duração dos mandatos do Presidente e dos deputados, prevendo-se em princípio que possa ser respectivamente de cinco e de quatro anos.

O Conselho da República, órgão consultivo da Presidência, entende que não deve haver sobreposição de mandatos, a fim de se evitar qualquer vazio do poder na altura em que tanto o Chefe do Estado como o Parlamento cessassem funções.

O processo eleitoral vai custar pelo menos 15 milhões de dólares; e isto no caso de as presidenciais e as legislativas serem em simultâneo, sem necessidade de uma segunda volta.

Resta ainda ver, entretanto, se será dado o direito de voto aos milhões de angolanos residentes

no estrangeiro, designadamente aos que vivem nos países vizinhos, como o Zaire.

Tudo o que for decidido na reunião que hoje principia será depois levado à Assembleia do Povo, para ratificação, nos dias 6 e 7 de Fevereiro. Mas há sempre o problema de a UNITA, uma das forças políticas fundamentais em Angola, não concordar com este procedimento.

Conferência nacional

A “multipartidária” é uma

forma de o Governo evitar a “conferência nacional” solicitada por muitas das novas forças políticas e a que tanto o MPLA como a UNITA se opõem, convencidos que estão de serem os dois grupos principais, com muito mais simpatizantes do que qualquer outro.

No entanto, em entrevista publicada no primeiro número do jornal luandense “Correio da Semana”, o líder do Partido Renovador Democrático (PRD), Joaquim Pinto de Andrade, descartou a hipótese de o MPLA ou a UNITA vencerem as eleições por maioria absoluta.

O PRD e o Partido Democrático Angolano (PDA), de Alberto Neto, são duas das mais destacadas das formações políticas surgidas no último ano, podendo aparentemente aspirar a uma certa representação no próximo Parlamento.

Para além deles, porém, há ainda que contar com a velha FNLA, de Holden Roberto, com a Frente para a Democracia (FpD, de Vieira Lopes), com o Fórum Democrático Angolano (FDA, de George Chikoti), com o Partido da Aliança Juvenil, Operária e Camponesa (Pajoca) e com o Partido de Renovação Social (PRS), para além de algumas formações ainda embrionárias e que poderão nunca chegar a concretizar-se. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 DE JANEIRO DE 1992

Reunião multilateral angolana vai debater as bases do sistema

O CONJUNTO dos partidos políticos angolanos, com excepção da UNITA, reunidos desde terça-feira em Luanda, adoptaram o regulamento interno do encontro, retomando os trabalhos amanhã.

Esta conferência, que reúne 26 partidos sob a presidência do Chefe do Estado, José Eduardo dos Santos, está encarregada de debater a legislação eleitoral e as grandes linhas da futura Constituição de Angola.

Foram já definidos cinco temas, que dizem respeito à lei para as eleições, ao controlo do sufrágio pelos espe-

raçados observadores estrangeiros, à revisão da lei dos partidos políticos (adoptada a 22 de Março de 1991 pelo Parlamento), à comunicação social e às modalidades de acesso aos meios de informação públicos durante a campanha eleitoral.

O regulamento interno prevê que os princípios debatidos em comissões sejam depois submetidos ao plenário para aprovação. O Presidente da República advertiu, porém, de que “nenhuma proposta ou deliberação (deste encontro multipartidário) deverá ir contra o espírito dos acordos de paz do Estoril”.

Vários responsáveis parti-

dários criticaram e denunciaram a ausência do principal partido da oposição, a UNITA. Mas o facto é que o movimento de Savimbi se recusou a participar na reunião, afirmando que “apenas uma Assembleia Nacional eleita pelo povo poderá elaborar e aprovar uma Constituição”.

Acantonamento

Setenta e quatro por cento dos efectivos das forças militares governamentais angolanas e da UNITA encontravam-se nos seus acantonamentos a 8 de Janeiro, em conformidade com o plano de

paz supervisionado pela ONU em Angola, afirmou, em Luanda, o vice-ministro da Defesa, general António Ndalo.

Esse plano, assinado em Portugal a 31 de Maio de 1991, prevê os acantonamentos das tropas em presença e o desarmamento do conjunto dos soldados das duas partes (FAPLA e FALA), sob o controlo de 350 observadores da Organização das Nações Unidas, agrupados numa missão denominada Unavem-II, e a seguir a organização de umas novas Forças Armadas, compreendendo cerca de 50 mil homens.

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 16 JANEIRO 1992

Angola discute transição

OS PARTICIPANTES na reunião multipartidária convocada pelo Presidente angolano só ontem ao fim da tarde começaram a discutir a legislação que regulará o período de transição. Uma proposta do líder da FNLA, Holden Roberto, alterou substancialmente a ordem da agenda de trabalhos — tratou-se de um pedido para que os vários partidos fizessem saudações à reunião para “passarem a sua mensagem”. Só uma minoria não se manifestou. Metade das forças voltou a tecer duras críticas ao regime e a reclamar uma conferência nacional soberana, situação que obrigou José Eduardo dos Santos a repetir que o seu Governo não aceita um fórum dessa natureza porque “os acordos de Bicesse são neste momento o único garante para se consolidar a paz”. O primeiro-ministro, França Van-Dunem, dissera de manhã que os partidos “não têm mais legitimidade” para convocarem uma conferência nacional. A posição foi contestada pela oposição e o líder do Partido Renovador Democrático, Joaquim Pinto de Andrade, propôs mesmo a instituição de um Colégio de Reconciliação Nacional. No seu âmbito seriam tratadas todas as questões relevantes sobre a transição para a Segunda República, expressa ou implicitamente deixadas em aberto nos acordos de Bicesse. ■

Governo controla "multipartidária"

APESAR dos precalços, o Governo angolano está a conseguir levar por diante a reunião multipartidária iniciada há cinco dias e que poderá tentar transformar numa espécie de frente comum contra a UNITA, que a boicotou.

Por outro lado, o Presidente José Eduardo dos Santos anunciou ter feito contactos com diversas facções da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, para tentar resolver o problema daquela província.

O regulamento interno da "multipartidária" foi ontem aprovado, depois de uma reunião de concertação entre o Governo e cinco formações políticas, consideradas as mais importantes das 26 que participam nos trabalhos (e que impropriamente têm sido todas elas designadas partidos, pois que em grande parte são apenas embriões).

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Partido Renovador Democrático (PRD), a Frente para a De-

mocracia (FpD), o Partido Democrático Angolano (PDA) e a Convenção Nacional Democrática de Angola (CNDA) conseguiram um entendimento com as autoridades, no sentido de se acelerar o processo de democratização do país.

As conclusões desta reunião que forem alcançadas por unanimidade vão ser vinculativas para todos os que nela participam e o Governo deverá levá-las à Assembleia do Povo, para provável aprovação. Mas se forem apenas tomadas por uma maioria simples assumirão a forma de recomendações, que igualmente deverão ser apreciadas pelos deputados, embora com menor probabilidade de passarem a lei.

Comissões de trabalho, formadas por membros de todos os "partidos" participantes, estão desde ontem a analisar os anteprojectos da legislação referente a eleições, comunicação social, direito de antena e revisão constitucional.

Duzentos observadores estrangeiros deverão começar ainda este mês a chegar a Luanda, a fim de prepararem e coordenarem a equipa de angolanos que vai supervisionar as eleições previstas para finais do mês de Setembro.

Acusações à UNITA

A primeira sessão dos trabalhos de ontem foi dominada por uma intervenção do general António dos Santos França, "N'dalu", chefe da delegação do Governo na Comissão Conjuncto Político-Militar (CCPM).

Ao abordar a forma como está a ser concretizado o processo de paz o ano passado delineado em Portugal, teceu duras críticas à UNITA, que mais uma vez acusou de estar a levantar obstáculos a que a administração central do Estado angolano se alargue a todo o território.

Segundo ele, isso poderá comprometer o recenseamento

eleitoral que é necessário fazer para que se saiba quais os cidadãos com direito a voto, nas primeiras eleições multipartidárias angolanas, que deverão ser tanto legislativas como presidenciais. Mas o movimento de Jonas Savimbi já disse que o território por si controlado é apenas uma pequena parte de toda a extensão de Angola, de modo que o recenseamento se poderia ir efectuando em todo o resto do país.

Entretanto, a CCPM adiou "sine die" a deslocação que deveria ter efectuado ontem ao Huambo, pois que a delegação da UNITA não compareceu no aeroporto de Luanda, para seguir viagem.

Salupeto Pena, chefe do grupo de Savimbi na Comissão, alegou que os seus homens não compareceram na aerogare porque o general N'Dalu também lá não estava! E assim se continuam a arrastar algumas fases do processo, com recriminações e mais recriminações entre os dois parceiros principais.

No Huambo, cidade que no tempo colonial se chamou Nova Lisboa, a CCPM deverá constatar as condições em que está a funcionar o Comando Superior das Forças Armadas, bem como a evolução do primeiro curso de instrutores do futuro Exército, curso iniciado em Dezembro. ■

Pires Ferreira, em Luanda

"Multipartidária" recomeça trabalhos

A REUNIÃO multipartidária que decorre em Luanda entre o Governo e 26 partidos da oposição, com excepção da UNITA, recomeçou ontem à tarde os seus trabalhos, após uma interrupção de 24 horas imposta, na noite de quarta-feira, pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

Foi a questão do âmbito do encontro que esteve na origem da polémica. A oposição, através de uma proposta apresentada por Joaquim Pinto de Andrade, líder do PRD, exigiu a sua conversão num fórum com poderes deliberativos de modo a escapar ao controlo governamental e do actual parlamento.

Durante a manhã de ontem, o Governo fez consultas unilaterais com os 26 partidos presentes para se chegar a consenso quanto ao regime da reunião. Na falta de unidade de pensamento, o Governo viu-se obrigado a flexibilizar alguns pontos da proposta inicial.

Esta segunda versão tem como alterações significativas a possibilidade dos partidos políticos convocarem esta reunião multipartidária sempre que a acharem necessária e as suas conclusões transitarem directamente para o parlamento, sem carecerem de aprovação do Governo.

Ontem à tarde, o regulamento acabou por ser aprovado

na sua generalidade, faltando apenas concertar alguns pontos. Relativamente ao secretariado da reunião, um outro ponto de discórdia, decidiu-se que o Governo será representado por três elementos e o conjunto dos partidos políticos por seis.

Antes do primeiro intervalo de ontem à tarde, Joaquim Pinto de Andrade insurgiu-se contra a forma como a Imprensa e o Presidente da República trataram a sua proposta relativa ao carácter da reunião. Eduardo dos Santos respondeu que ela era clara e vivava substituir os actuais órgãos de soberania, o que contrariava a constituição e os acordos de Bicesse. Relativamente à comunicação social, disse que os jornalistas assistem aos debates e são livres de julgarem as posições da maneira que o entenderem.

Os ânimos parecem estar mais ou menos serenados e o consenso estará paulatinamente a ser encontrado. A reunião começou há três dias, mas até ontem ao fim da tarde não tinha ainda saído do seu primeiro ponto da agenda de trabalhos. O PRD e a FPD (Frente Para a Democracia) têm sido os partidos mais activos na oposição e, curiosamente, a FNLA tem procurado "equilibrar a balança". ■

Pires Ferreira, em Luanda

"Multipartidária" angolana

PÚBLICO
DOMINGO, 18 JANEIRO 1992

Presidente evita hostilizar UNITA

O PRESIDENTE José Eduardo dos Santos rejeitou alargar o âmbito da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), dizendo que o Governo angolano nada fará que possa ser mal entendido pela UNITA e prejudicar, assim, o processo de pacificação.

Na reunião multipartidária que desde a semana passada decorre em Luanda (e que é boicotada pela UNITA), o líder do Partido Renovador Democrático (PRD), Joaquim Pinto de Andrade, pediu seis lugares de observadores na CCPM: para a Igreja Católica, para o Conselho das Igrejas Evangélicas e para quatro representantes das formações políticas não signatárias dos acordos de Bicesse.

Pinto de Andrade alegou as "constantes violações" daqueles acordos, assinados no ano passado em Portugal, e considerou que o Governo e a UNITA não têm o exclusivo de procurar soluções para os múltiplos problemas que se levantam na Comissão, como os do acantonamento de tropas e armas, da formação de um Exér-

cito único e da desmobilização de parte dos actuais soldados.

José Eduardo dos Santos respondeu-lhe que não subcreverá nenhuma proposta ou declaração que possa ser entendida pelo grupo de Jonas Savimbi como uma manipulação da "multipartidária", contra o outro signatário dos acordos de Bicesse.

Os trabalhos, que amanhã recomeçam, depois de uma interrupção durante o fim de semana, levam um considerável atraso em relação ao inicialmente programado, não se sabendo ainda quando é que terminarão. Para já, vão ser a nível de comissões, que analisarão as várias leis que hão-de regular o período de transição e as próprias eleições, previstas para o fim de Setembro.

As conclusões da reunião multipartidária são vinculativas para os participantes, devendo o Governo submetê-las à Assembleia do Povo, para que se transformem em lei. Mas quando forem por maioria simples — e não por unanimidade — não haverá tanto a certeza de serem

aprovadas pelos deputados, que no entanto as deverão sempre apreciar.

O PRD e a Frente para a Democracia (FpD) desejavam que a reunião fosse desde logo deliberativa, sem necessidade de as propostas passarem para a Assembleia. Mas o Presidente da República respondeu que isso equivaleria a "um golpe de Estado", pelo que vetou a proposta.

Amnistia aos desertores

Outras sugestões apresentadas sexta-feira na "multipartidária" referiam-se à institucionalização de encontros regulares entre a CCPM e as forças políticas que nela não estão representadas, a amnistia para os desertores do Exército governamental e a libertação de todos os prisioneiros de guerra, bem como dos presos políticos.

Os participantes propuseram ainda a integração nas Forças Armadas Angolanas, em formação, não só de ho-

mens do MPLA e da UNITA mas, também, de elementos da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) que ainda se encontram nas matas, de membros do Batalhão 32 da África do Sul, constituído por angolanos, e dos guerrilheiros da FLEC que lutam pela autonomia da província de Cabinda.

Segundo o Presidente José Eduardo dos Santos, o Governo está a discutir com as diversas tendências da FLEC uma solução política para "o enclave", mas há uma ala radical que evita o diálogo.

O Chefe do Estado disse também estarem a decorrer negociações com as autoridades sul-africanas acerca do Batalhão "Buffalo" (como é conhecido o 32), mas que a solução não parece fácil, dado que Pretória o considera parte do seu Exército.

A chamada "oposição civil" pediu o encerramento tanto do programa radiofónico "Angola Combatente", do MPLA, como da emissora da UNITA, "Voz do Galo Negro", enquanto a parte governamental alegava que a administração central do Estado ainda está longe de chegar a todo o território de Angola.

Entretanto, o movimento de Savimbi desmentiu — em conferência de imprensa — estar a ser um forte obstáculo ao alargamento daquela administração a todo o espaço angolano, incluindo as zonas onde a UNITA durante muitos anos actuou. ■

Vitor Silva, em Luanda

SEMANÁRIO... 18 JAN 92

Cavaco irritado com Soares

As recentes declarações do Presidente da República em Washington, acerca do processo angolano, causaram mal-estar no Governo português. Em síntese, Mário Soares afirmou na altura que se deveriam realizar eleições naquele país mesmo sem um recenseamento em devida forma.

Mário Soares — que falava após um encontro com o presidente norte-americano George Bush, na passada terça-feira — aludiu aos atrasos no processo eleitoral angolano e disse que «não há tempo, tal como as coisas estão, para um recenseamento em Angola antes das eleições previstas para Setembro de 1992». Estas declarações causaram estranheza no Palácio das Necessidades e no próprio gabinete do primeiro-ministro.

De facto, e segundo fontes fidedignas, a posição oficial do governo português quanto a este assunto é a de pautar-se pelo cumprimento escrupuloso dos acordos de Bicesse, que prevêem o recenseamento da população angolana como etapa prévia e necessária ao acto eleitoral. As declarações de Mário Soares, defendendo uma solução expedita e não prevista nos acordos, não só se repercutiram negativamente em Lisboa como também em Luanda, tendo inclusivamente causado uma certa tensão no seio da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). Fontes governamentais consideram que esta posição do Presidente retira espaço de manobra à mediação portuguesa e

dificultam a sua acção.

Nas suas declarações, Soares não especificou qual a solução a adoptar como alternativa ao recenseamento prévio, dizendo apenas que «há outras maneiras de o fazer». Mas, na semana passada, o subsecretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos da Casa Branca, Jeffrey Davidow, levantou a hipótese de uma solução como a que foi adoptada no Zimbábue.

Nas eleições de 1980, neste país africano, os eleitores inscreveram-se no próprio dia do escrutínio. E Davidow acrescentara que, nas actuais circunstâncias angolanas, o recenseamento, sendo desejável, «não é absolutamente indispensável». Este alvitre americano — que Mário Soares retomou após o seu encontro com Bush — fora já rejeitado pelo próprio Governo angolano. O ministro da Administração Territorial, Lopo do Nascimento, considerou-o «a primeira brecha» nos acordos assinados em Bicesse.

Também a questão de Timor foi motivo de certa perplexidade nos meios governamentais. Na altura do seu encontro com o presidente norte-americano, Mário Soares deu a entender que George Bush fora claramente sensibilizado para o problema. No entanto, um porta-voz da Casa Branca diria posteriormente que os dois presidentes haviam conversado sobre «questões asiáticas», uma fórmula vaga e demonstrativa da prudência mantida por Washington nesta questão.

TAVARES MOREIRA E AS SUCURSAIS EM ANGOLA

Tavares Moreira, governador do Banco de Portugal, vai deslocar-se a Angola nos dias 28 e 29 de Janeiro, para negociar as condições de actuação das sucursais do Banco de Fomento e Exterior (BFE), Banco Português do Atlântico (BPA), e Banco Totta & Açores em Angola. Estas três instituições já fizeram o pedido de abertura de sucursais junto das autoridades de Luanda, e João Salgueiro, João Oliveira e José Roquette, os presidentes dos três bancos acompanharão o Governador do banco central

LUIS RAMOS



crédito de curto prazo ao Banco de Angola, no valor de 25 milhões de dólares (cerca de 3,5 milhões de contos), bem como proceder à análise da situação da dívida actual do país a bancos portugueses que atinge 400 milhões de dólares. ■

português, juntamente com Miguel Beleza. Segundo Tavares Moreira, estas três sucursais deverão operar no mercado angolano, obedecendo ao conceito de "banca universal". O governador do Banco de Portugal acrescentou que as três instituições financeiras portuguesas "vão trabalhar na reorganização de bancos-angolanos ainda em actividade": Banco de Poupança e Crédito, Banco de Comércio e Indústria e Caixa de Crédito Agropecuário e Pescas. Na mesma deslocação, o Banco de Portugal vai negociar a abertura de uma linha de

PÚBLICO.

SEGUNDA-FEIRA, 20 JANEIRO 1992

BFE, BPA e BTA instalam-se em Luanda

Tavares Moreira negocia sucursais em Angola

PÚBLICO
16 JANEIRO 1992

PÚBLICO QUARTA-FEIRA 15 JANEIRO 1992

O GOVERNADOR do Banco de Portugal, Tavares Moreira, anunciou ontem a realização de uma visita de uma delegação da instituição a Luanda em que estarão igualmente integrados Miguel Beleza e os presidentes dos bancos Português do Atlântico, João Oliveira, de Fomento e Exterior, João Salgueiro, e Totta & Açores, José Roquette, a propósito do pedido de abertura de sucursais já efectuado por estes três bancos portugueses junto das autoridades angolanas.

CARLOS LOPES



Banco de Portugal prepara-se para enviar delegação a Luanda

A visita concretizar-se-á nos próximos dias 28 e 29 de Janeiro e um dos seus objectivos é discutir as condições de actuação das sucursais bancárias portuguesas em Angola, que, segundo referiu Tavares Moreira num encontro com jornalistas, deverão obedecer ao conceito de "banca universal". As três instituições financeiras portuguesas "vão trabalhar na reorganização de bancos angolanos ainda em actividade": Banco de Poupança e Crédito, Banco de Comércio e Indústria e Caixa de Crédito Agropecuário e Pescas.

Na mesma deslocação, o Banco de Portugal vai negociar a abertura de uma linha de crédito de curto prazo ao Banco de Angola, no valor de 25 milhões de dólares (3,5 milhões de contos), bem como proceder à análise da situação da dívida actual do país a bancos portugueses, que atinge 400 milhões de dólares.

Os responsáveis do Banco de Portugal escusaram-se a revelar pormenores acerca do programa monetário para 1992, sublinhando que, sem o conhecimento do Orçamento do Estado, o banco central está a trabalhar sobre dados provisórios. O vice-governador da instituição, António Borges, revelou, no entanto, que, na preparação do programa monetário, o Banco de Portugal está a trabalhar com uma previsão de oito por cento para a inflação, nível que, curiosamente, corresponde à média do intervalo incluído no Quantum 2 (que se situa entre sete e nove por cento). Tavares Moreira, António Borges e Miguel Beleza foram, aliás, unânimes em considerar que as metas de política económica definidas por Braga de Macedo no programa de convergência são "am-

biciosas" mas possíveis de atingir.

Relativamente aos objectivos de contenção da despesa pública que integram as linhas gerais do orçamento, Miguel Beleza afirmou: "Por experiência própria, posso garantir que quando o orçamento é fácil de cumprir isso significa que as metas não eram ambiciosas" — respondendo desta forma a questões levantadas sobre as dificuldades do actual ministro das Finanças em encontrar um acordo no âmbito da concertação social, nomeadamente no que se refere à função pública, em que o limite inicial de 6,5 por cento para os aumentos salariais foi já ultrapassado. O ex-ministro das Finanças chamou a atenção para o facto de a reforma do sistema retributivo da função pública ir produzir efeitos, ao nível do aumento da despesa pública, ainda em 1992. ■ J.C.S.

SOARES — O Presidente da República, Mário Soares, afirmou segunda-feira, em Washington, que "já não há tempo para um recenseamento em Angola antes das eleições previstas para Setembro de 1992". Soares, que falava depois de uma reunião com o presidente norte-americano, aludiu aos atrasos do processo eleitoral angolano, mas sublinhou existirem "outras maneiras de fazer isso", referindo-se a alternativas ao recenseamento prévio, que não especificou. ■

Ministro cabo-verdiano ao PÚBLICO

Privilegiar os Estados Unidos e aliciar a África do Sul

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 16 JANEIRO 1992

Jorge Heitor

O chefe da diplomacia de Cabo Verde — país que entrou este mês para o Conselho de Segurança da ONU — declara que o seu país tem agora relações privilegiadas com os Estados Unidos e aguarda, em 1992, o estabelecimento de laços diplomáticos com Pretória.

O ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, disse ao PÚBLICO esperar que as relações diplomáticas com a África do Sul se possam concretizar ainda este ano, depois de já haver — a partir do próximo sábado — um cônsul sul-africano na Cidade da Praia.

Fonseca, que nos últimos dias manteve contactos em Lisboa com o seu homólogo português, João de Deus Pinheiro, e

ILÍDIO TEIXEIRA



Jorge Fonseca: repensar os objectivos dos não-alinhados

com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, afirmou também existirem indícios de que a África do Sul está verdadeiramente interessada em investir na República de Cabo Verde, designadamente no sector do turismo.

Os sul-africanos poderão tanto contribuir para o desenvolvimento da ilha do Sal, onde funciona um aeroporto internacional desde há muito escalado pelos seus aviões, como para a recuperação do Porto Grande do Mindelo, na ilha de São Vicente, indicou o ministro, cujo país e

agora membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

“Fomos eleitos com 158 votos favoráveis, dos 161 possíveis” — destacou Jorge Fonseca, segundo o qual a ida para o Conselho de Segurança constitui “uma aposta forte” do Governo de Carlos Veiga, formado

há um ano (e esta semana remodelado), estando no presente mês de Janeiro os cabo-verdianos a presidir ao grupo dos não-alinhados naquele organismo da ONU.

Aliás, — recordou — os objectivos dos não-alinhados encontram-se actualmente a ser repensados e reorientados, pois que o movimento perdeu grande parte do seu cariz político e vai ficar muito mais virado para as questões da cooperação Sul-Sul e do diálogo com o Norte.

A nova situação internacional

Quantas às mudanças que (no campo da política externa) o próprio Cabo Verde registou desde a queda do Governo de Pedro Pires, há um ano, e a

sua substituição pelo Movimento para a Democracia (MPD), o entrevistado observou que foram tanto de estilo como “impostas pela própria situação internacional”.

Há pragmatismo nas relações externas cabo-verdianas, mas os Estados Unidos são par-

ceiros privilegiados. Até pela grande comunidade de emigrantes de Cabo Verde que lá existe (superior à população que permanece no arquipélago natal) — disse o ministro dos Negócios Estrangeiros, que em Lisboa também esteve reunido esta semana com o seu homólogo israelita, David Levi.

“A questão do Médio Oriente é difícil, mas alguma coisa se modificou. Desbloquearam-se obstáculos de ordem psicológica. Há lugar para Israel e para a Palestina, de acordo com as resoluções das Nações Unidas. O ministro israelita pareceu-me muito optimista”, afirmou Jorge Fonseca.

No respeitante à sua reunião de 40 minutos com João de Deus Pinheiro, indicou haverem tratado das relações bilaterais, da situação internacional, dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e, também, de Timor-Leste: “Se esta questão se colocar no Conselho de Segurança, apoiaremos qualquer estratégia que seja definida por Portugal.”

O ministro cabo-verdiano defendeu uma “solução pacífica e razoável para Timor-Leste” e disse que o envolvimento das Nações Unidas no assunto é importante: “Há que criar condições para que o povo maubere possa decidir (o seu futuro)”.

Jorge Fonseca confirmou-nos que os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Cinco se reúnem em São Tomé de 6 a 8 de Fevereiro e os presidentes em 9 e 10, não estando ainda definitivamente esclarecido o estatuto em que Portugal deverá participar nas futuras reuniões do grupo. Se continuará a ser um convidado ou se virá a ter o estatuto de participante de pleno direito. ■